

Produção, organização e acesso a políticas públicas: uma discussão sobre a viabilidade de áreas de assentamentos em dois territórios do Rio Grande do Norte

Production, organization and access to public policies: an approach to
settlement rural feasibility in two territories of Rio Grande do Norte state

Melquisedeque de Oliveira Fernandes¹

Irene Alves de Paiva²

RESUMO

Essa comunicação apresenta uma análise comparativa a partir das condições de organização produtiva de assentamentos em dois Territórios da Cidadania no estado do Rio Grande do Norte. Considerando as variáveis do processo de luta, alternativas produtivas, formas de articulação com atores políticos e acesso a políticas públicas buscaremos verificar as bases de permanência e reprodução das famílias nos lotes. O estudo foi feito a partir de um recorte temporal e coleta de dados usando técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. As diferenças encontradas na amostra dos dois territórios realçam o peso dessas variáveis, na forma como as famílias se relacionam com a terra, no modo de reivindicar seu direito de acesso e nos trânsitos entre o rural e o urbano.

Palavras-Chave: Reforma Agrária; Assentamentos rurais; Associativismo; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This communication presents a comparative analysis about productive organization features in settlements of two “Territórios da Cidadania” in Rio Grande do Norte/Brazil. Considering the variables of the struggle for the land, productive alternatives, articulation with political actors and access to public policies, seek to verify the bases of permanence and reproduction of households in their plots of land. The study is based on a time frame and data collection, using techniques of quantitative and qualitative research. The differences observed in the two territories enhance the weight of these variables, regarding how families deals with the land, how they claim for right to access the land and their transit between rural and the urban life.

Key-Words: Land Reform; Rural Settlements; Associativism; Smallholders.

¹CPDA/UFRJ. E-mail:melquics@gmail.com

²UFRN. E-mail: irenealvesp@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é discutir as estratégias de reprodução social de famílias assentadas considerando aspectos de sua organização produtiva, acesso à políticas públicas, processos de luta e contato com atores políticos. Como unidade de estudo selecionamos uma amostra de 08 e 10 assentamentos localizados em dois territórios da cidadania do Rio Grande do Norte, quais sejam Açu-Mossoró e Mato Grande, respectivamente. Os dados coletados compõem um projeto mais amplo executado durante os anos de 2007 e 2009, chamado de projeto INCRA-Ambiental³.

A escolha do universo da amostra se justifica: primeiro, por serem os dois territórios no estado com o maior número de famílias assentadas (Açu-Mossoró contando com 6.436 famílias e Mato Grande com 5.081 famílias); segundo, por apresentarem cenários bem distintos no que se refere às trajetórias de luta, presença de atores políticos, dinâmicas organizativas e acesso a mercados. Com base nas narrativas dos assentados podemos perceber as singularidades culturais e trânsitos políticos que refletem nos processos organizativos, na maneira como as associações se estruturam no contato com as políticas públicas e como isso reflete nas formas de permanência nos lotes de trabalho.

Os resultados nos levam a refletir sobre as bases a partir das quais as famílias, depois de assentadas, constroem suas condições de reprodução social enquanto beneficiários de programa de Reforma Agrária. Nessa reflexão são consideradas as ambivalências relativas à distribuição desigual das capacidades requeridas para gerir com qualidade as associações, os desafios encontrados no curso desse processo e as estratégias que as famílias desenvolvem para contornar certas limitações, como a descontinuidade nos serviços de assistência técnica.

2 O TERRITÓRIO MATO GRANDE

O Território da Cidadania Mato Grande (RN) está localizado na porção nordeste do estado e faz fronteira ao norte e leste, com a Costa Atlântica. Abrange uma área de 5.758,60 Km² e comporta aproximadamente 5.081 famílias assentadas. Neste trabalho, trataremos de uma amostra de 08 assentamentos, são eles: Águas vivas e São João Batista no município de Ceará Mirim; Ouro Branco município de São Miguel de Touros; Logradouro município de Taipú; Lagoa do Sal e São Sebastião município de Touros; 7 de junho e Barreto município de Bento Fernandes.

A denominação deste território coincide com uma identidade regional, reconhecida pelos habitantes, que convencionou-se chamar de “Mato Grande”. Essa porção do estado é historicamente caracterizada como palco de grandes tensões, o que decorre de fatores como o destacado valor produtivo das terras, contraposto ao estrangulamento das possibilidades de reprodução social das famílias mediante uma sistemática de grilagens, incorporação dessas terras por setores empresariais, mecanização, dispensa de mão-de-obra e incapacidade dos pequenos agricultores acomodarem seus descendentes.

³O projeto de pesquisa realizou o levantamento socioeconômico e ambiental em 33 assentamentos rurais, numa amostra aproximada de 12% desses núcleos no Rio Grande do Norte. Uma demanda do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RN) desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito para emissão do licenciamento ambiental dessas áreas. Para tanto, foram reunidas equipes interdisciplinares que trabalharam na avaliação do solo, recursos hídricos, fauna, flora e aspectos sócio-econômicos das famílias, sendo esta última de competência da equipe de Ciências Sociais e Pedagogia, cuja base de dados oferece suporte para esta comunicação.

Esse movimento coincide com o que Palhano (1995) chama de “fim da terra de permissão” em que o trabalhador rural, juntamente com sua família, vivia nas terras de um fazendeiro e recebia permissão para colocar roçado no seu interior, geralmente segundo os regimes de meia, terça e cambão. Essa mão-de-obra expulsa tendeu a migrar para as periferias das cidades vizinhas ou grandes e médias cidades, avolumando o contingente de pobres que passaram a viver em condições precárias de acesso a serviços e mercado de trabalho.

Com a introdução dos atores políticos do campo, na segunda metade dos anos 1980, se registram as primeiras ocupações de terra para fins de reforma agrária do Estado. Assentamentos localizados nos municípios de João Câmara e Touros referem-se os primeiros do Rio Grande do Norte. Deles destaca-se o assentamento Lagoa do Sal, fundado no ano de 1987 e contido no universo desta amostra.

Entre os atores sociais presentes, a inserção histórica da Igreja Católica prevaleceu nesta porção do Estado, especialmente por intermédio do Serviço de Assistência Rural (SAR), que teve papel providencial em muitas destas ocupações. No assentamento Lagoa do Sal, a desapropriação do imóvel em favor dos trabalhadores rurais resultou de um longo e conflituoso período de lutas. Moradores antigos da propriedade, ante uma ordem de despejo, entraram em conflito com o patrão, reivindicando a posse da terra apoiados pela Igreja Católica, através do SAR, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Touros. Já a presença do MST na região data do começo dos anos 1990 sendo registrado seu apoio no processo que culminou com a desapropriação de terra em favor do projeto São Sebastião II, cuja ocupação data de 1993 (ARAÚJO, 2005).

A introdução desses atores no cenário da luta pela terra encorajou as ocupações, provocando um processo em cadeia, que criou, em pouco tempo, demanda suficiente para que o MST se instalasse na região. Dos 08 assentamentos que pesquisamos no Mato Grande, pelo menos 05 registram algum tipo de contato com o movimento, seja durante no apoio às ocupações ou posteriormente oferecendo suporte às famílias assentadas. Também é frequentemente referido o suporte da Igreja Católica por meio do SAR, STRs por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do RN (FETARN), bem como, agências governamentais representadas pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN (EMATER-RN) e entidades políticas, como prefeituras e Câmara de Vereadores (ARAÚJO, 2005).

A variedade de atores sociais mobilizados pode ser indicador da intensidade da luta pela terra nessa porção do estado. Além do assentamento Lagoa do Sal em que se registra a morte dos filhos dos assentados, o processo de desapropriação de terras no assentamento Logradouro também é ilustrativo da gravidade dos conflitos. Neste assentamento a permanência na terra se dava por direito consuetudinário, uma vez que sucessivas gerações vivam no lugar. Em dado momento, herdeiros de um suposto proprietário ameaçam expulsar os moradores portando uma titularidade das terras que moradores alegam ter sido conseguida por meio de uma manobra jurídica, na qual foram coagidos a assinar um documento que os expulsaria da própria terra

Histórias de luta são comuns no Mato Grande. Algumas delas bem mais violentas que uma mera disputa judicial. Do total dos 08 assentamentos pesquisados neste território, pelo menos 06 registram algum tipo de luta pela desapropriação do imóvel rural, o qual deu origem ao projeto. Assim *o antecedente da luta* deve ser considerado como fator de coesão comunitária, uma vez que a partir daí passam a ser gestados laços de comprometimento e reciprocidade gerados num momento em que se reuniam esforços no enfrentamento de problemas comuns. Por essa razão, na amostra desse território, as narrativas que remontam os períodos de ocupação realçam a aridez do cotidiano das comissões e coletivos

que se formavam no enfrentamento da violência policial ou paramilitar, privação material e disputas judiciais, destacando sempre a solidariedade e cumplicidade entre seus membros.

Com base nisso é possível deduzir que o antecedente da luta terá impacto na organização interna das famílias, em especial na sociabilidade praticada nas associações, supondo que passaram por uma amenização dos traços individuais que os sujeitos carregam em suas trajetórias de vida, dando lugar a noções mais ou menos compartilhadas de direito e pertencimento com o lugar.

Nesse sentido há outros fatores que devem ser considerados. Na intenção de identificar a relação de pertencimento que as famílias tinham com o assentamento, foi-lhes perguntado o local de origem e sua trajetória recente no rural ou no urbano. Quando diante da pergunta “onde viviam antes de se tornarem assentados”, 75% (setenta e cinco por cento) das famílias apontaram a zona rural como lugar de vida anterior ao projeto, enquanto isso, 25% (vinte e cinco por cento) do total de famílias responderam que viveram na zona urbana. Apenas 01 família tem origem em outro Estado da Federação, indiscriminada à zona de procedência.

Entre as famílias que viveram na zona rural antes de serem assentadas, 90% (noventa por cento) delas são originárias do mesmo município onde se encontra o projeto de assentamento. O restante, 10% (dez por cento), são originárias de outros municípios. Em relação aos que vieram da zona urbana, 72% (setenta e dois por cento) são do mesmo município, enquanto o restante, 28% (vinte e oito por cento), são de outra localidade. Em relação à amostra total, 67% (sessenta e sete por cento) das famílias assentadas são provenientes da zona rural e do mesmo município onde se encontra o assentamento.

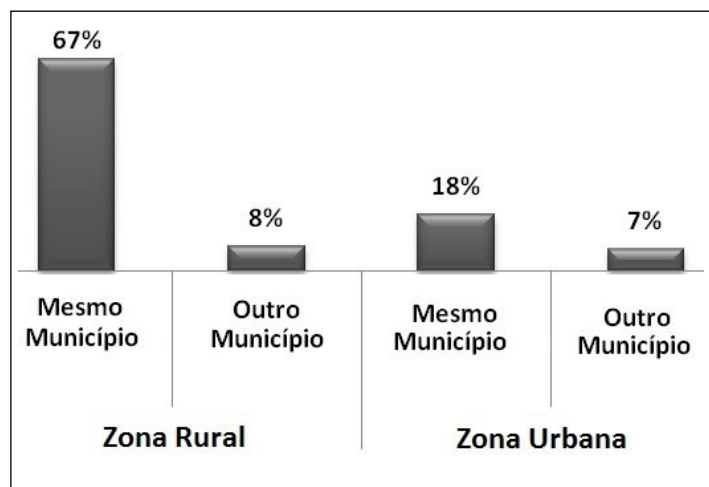


Gráfico 1– Origem das famílias no território Mato Grande.

Fonte: Projeto INCRA-Ambiental, 2008.

O gráfico acima aponta para uma predominância maciça de famílias com origem rural, provenientes do mesmo município onde está inserido o assentamento. Daí se pode inferir certa tradição agrícola com relação de pertencimento a terra. Qualitativamente as narrativas das famílias são marcadas por uma defesa da vida no assentamento ao passo que isso favorece certa autonomia do trabalho em relação às relações de trabalho anteriores.

Em que pese analisar os padrões de organização produtiva interna, assume predominância as associações de produtores, havendo pelo menos uma em cada assentamento pesquisado⁴. Essas associações são criadas sob certa pressão dos próprios atores políticos, geralmente no momento imediato após a criação do assentamento. Ao passo que visam recuperar as formas de organização experimentadas anteriormente no momento da ocupação – comissões de limpeza, segurança e abastecimento, núcleos de jovens e mulheres, brigadas etc. –, quando contam com esses antecedentes, as associações podem ser desdobramentos dessa organização pré-existente, realocada em bases legais e institucionalizadas.

No território Mato Grande, o contato com os atores políticos, a experiência de luta nos acampamentos, a relativa “estabilização” dos laços comunitários, os antecedentes rurais e relação de pertencimento com a terra conferem a dinâmica associativa nesta amostra relações aparentemente mais estáveis e menos atravessadas de conflitos críticos, ou seja, desentendimentos entre seus membros que conduzem a inoperância efetiva das associações. Isso pode ser demonstrado pelo número de experiências de trabalho coletivo gestadas dentro das associações deste território, que apresenta uma sensível diferença em relação ao território Açu-Mossoró: no Mato Grande, dos 08 assentamentos pesquisados, pelo menos 05 já experimentaram alguma forma de trabalho envolvendo grupos de assentados, enquanto que no outro território, dos 10 assentamentos pesquisados, apenas 04 registram alguma tentativa neste sentido. Proporcionalmente, isso equivale a 62% (sessenta e dois por cento) de experiências coletivas no Mato Grande contra 40% (quarenta por cento) em Açu-Mossoró.

A presença de certo “coletivismo” não aponta necessariamente para um maior engajamento, por parte dos assentados, em suas associações. Em Logradouro, onde as famílias vivem há várias gerações no mesmo local, a organização dos assentados assumiu sua expressão máxima na luta contra a tentativa de grilagem das terras, através da disputa judicial mencionada anteriormente. Não demorou muito para que, uma vez conquistada a desapropriação do imóvel em favor das famílias, as formas de organização sofreram um forte arrefecimento, ficando a articulação do trabalho reservado aos limites dos laços de parentesco.

O exemplo do assentamento Logradouro – que conta com a particularidade de ter sido uma comunidade rural transformada em assentamento – é ilustrativo do que se registra em boa parte da literatura sobre assentamentos que retratam a passagem do período das ocupações para o assentamento propriamente. Uma vez superado o desafio da conquista imediata da terra, as famílias tendem a retomar o padrão de vida que estavam habituados, recuperando o modelo comum de produção para subsistência, não se sentindo atraídas por novas alternativas de trabalho que o projeto de assentamento supõe, qual seja, formas cooperadas de produção.

Uma série de problemas internos são apontados nas falas dos entrevistados relativo as dificuldades de gestão das associações. Primeiro, a descontinuidade dos serviços de assistência técnica são associados com a falta de acesso a recursos, que por sua vez interfere na participação das reuniões. Alguns

⁴As associações de produtores se consolidaram como principal dispositivo de gestão comum da terra para assentamentos rurais mediante um debate, ao longo dos anos 1980 e 1990, que visava dar conta da viabilidade produtiva dessas áreas e ao mesmo tempo pensar a questão da formação política de quadros militantes para atuarem no apoio a novas ocupações. O MST, tendo maior peso nesse debate, defendeu a tese – com base numa série de experiências de associações e cooperativas criadas no sul do Brasil designada Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) – de um modelo de gestão produtiva que passaria a fazer parte do conjunto das pré-condições para operar créditos e acessar fontes de investimento. Na época, como essas fontes de investimento estavam muito associadas a organismos multilaterais, no contexto de descentralização do Estado empreendido pela plataforma neoliberal, esse modelo caiu como uma luva. Oliveira (2010) justifica a centralidade do modelo associativo como uma alternativa que acabou se coadunando como dispositivo administrativo de uma totalidade complexa e fragmentada, qual seja, a população do meio rural, historicamente fragilizada pelos modelos de desenvolvimento empreendido na sequência de diferentes governos brasileiros.

presidentes de associações afirmam que “os membros só participam das reuniões quando o assunto é dinheiro”. Os períodos de negociação acerca da implementação dos créditos governamentais e demais recursos destinados às famílias, são apresentados como aqueles em que a participação nas associações é mais assídua, tanto em termos de presença, quanto de compartilhamento das tarefas de gestão. Assim como a participação dos membros da associação, a presença de organizações prestadoras de assistência técnica tende a ser eminentemente instrumental: comparecem para implementar um projeto específico e depois se ausentam, reforçando entre as famílias a percepção do que eles comumente caracterizam como “abandono”.

O universo da participação nas associações carrega ambivalências que se manifestam no contato da trajetória dos sujeitos com as inovações políticas trazidas pelo associativismo enquanto dispositivo de gestão comum da terra. Ao mesmo tempo em que, para grande parte das famílias, a cultura política da subordinação vertical à um patrão é um dado ainda muito presente, a noção de participação aplicada às associações de produtores supõe uma transição profunda nos padrões herdados da relação “patrão-cliente” (SCHMIDT, 1977), requerendo a apropriação de novas ferramentas de gestão compartilhada e competências técnico-burocráticas que elas dificilmente carregam em sua bagagem de vida e trabalho⁵.

Antes de ingressar no assentamento, boa parte das famílias assentadas tinha sua produção agenciada por uma relação de mando vertical em que o proprietário de terras dizia o que produzir, como e quando; talvez com exceção do roçado que garantia a sobrevivência da família. É a partir do período - às vezes muito curto - dos acampamentos, que eles começam a experimentar alguns dos princípios da participação que lhe será requerida mais tarde nas associações. A experiência com as comissões e brigadas, que fazem parte do repertório de ação dos movimentos que apoiam as ocupações, introduz os princípios básicos da articulação e coesão dos grupos. A continuidade dessas ações deverá ser reforçada dentro das associações de produtores rurais, contudo, o aprendizado participativo pressupõe a presença de atores qualificados para orientar esse processo, ao contrário do que se pode supor que “se aprende a participar, simplesmente participando”.

A experiência no estudo dos assentamentos do Rio Grande do Norte tem demonstrado que, quando a gestão das associações é deixada à livre iniciativa de seus membros, os conflitos internos se agravam, inviabilizando o mínimo necessário para dirigir ações coordenadas. A despeito das queixas e reclamações registradas nos projetos do Mato Grande, sua diferença em relação ao território Açú-Mossoró é que o primeiro tende a apresentar relações comunitárias mais estáveis – em razão das variáveis anteriormente mencionadas – fazendo com que as associações, uma vez acionadas pelos atores externos, desenvolvam com algum grau de sucesso um projeto produtivo. Já no território Açú-Mossoró uma série de condições culminam num conflito de tal ordem que as lideranças não conseguem sequer realizar uma reunião inicial para discutir a proposta de um projeto.

Há outros fatores na amostra do Mato Grande, como por exemplo, maior acesso a políticas públicas, que tem desdobramentos nas formas de produção e permanência das famílias nos lotes. Pudemos identificar que as condições de vida das famílias neste território apresentam alternativas produtivas e de acesso a programas que garantem, mais ou menos, sua reprodução dentro do próprio assentamento.

⁵A aplicação da ideia de participação, tal qual estamos tratando nesse texto, corresponde à ampla disseminação de conselhos, associações, cooperativas, núcleos colegiados que ganha sistematicidade entre as ações do Estado, sobretudo, a partir da mudança do paradigma de intervenção social do Estado Providência europeu e a migração de suas funções sociais para o terceiro setor. Para se aprofundar nesse ponto ver SANTOS, Boaventura de S. *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, São Paulo, março de 1998.

Em se tratando de formas de trabalho realizadas, a grande maioria dos pesquisados declarou sobreviver do sustento proveniente da lavoura, através do plantio de subsistência. Em seguida, apontam os *programas sociais* do Governo Federal como a segunda maior fonte de renda, com ênfase para o “Bolsa Família”, diretamente complementar à renda familiar. Este particularmente assume um importante papel para a inserção das famílias no mercado de consumo, na medida em que permite aos assentados assumirem formas de crédito parcelado sem que dependam exclusivamente dos rendimentos provenientes das colheitas sazonais ou a flutuação do preço dos alimentos vendidos no mercado.

Na sequência, citam a *aposentadoria* como terceira responsável pela renda nos assentamentos. A *prestação de serviço* ocupa o quarto lugar, que corresponde, principalmente, às formas de trabalhos oferecidos nas propriedades rurais vizinhas, em regime de remuneração diária, que geralmente variava, na atualidade da pesquisa, entre R\$ 15,00 ou R\$ 20,00 por dia de serviço. Inclui-se ainda nesta categoria o trabalho de corte de cana-de-açúcar, comum em alguns assentamentos mais próximos do litoral (Ceará-Mirim), onde prepondera esse tipo de cultura. Logo depois temos a *venda agropecuária* compreendendo a quinta maior fonte de renda entre as famílias, o que corresponde à venda do excedente da produção familiar para o mercado, através dos chamados “atravessadores” ou direto no mercado local.

A falta de meios para os assentados comercializarem seus produtos faz da venda para intermediários a principal via de escoamento da produção da grande maioria dos assentamentos. Os produtos são vendidos a um valor muito inferior ao do mercado, provocando uma desvalorização prática e simbólica do trabalho dos assentados e, conseqüentemente, uma sensível falta de interesse por esse tipo de atividade, levando-os a ser atraídos por outras formas de trabalho, como por exemplo, formas de assalariamento rural.

Por último, o trabalho assalariado, comércio e outras formas de atividades não discriminadas são citados como formas de renda entre as famílias. O trabalho assalariado se refere às diversas modalidades de contratos, cujos mais frequentes são o funcionalismo público, sobretudo o municipal, através de cargos de serviço como merendeira, vigilante, professora de ensino primário, etc. No que se refere ao comércio, tem destaque os bares ou vendas de alimentos não perecíveis em cômodos anexados as casas, bem como a venda de cosméticos ou produtos desse gênero, em estabelecimentos locais ou “de porta em porta”.

As variáveis referentes às fontes de renda aparecem de maneira combinada em cada família. A hierarquia aponta para ordem de importância e corresponde à frequência com que foram citados, em relação ao número total de resposta em cada assentamento. A agricultura de subsistência, por exemplo, é citada por praticamente todas as famílias e ocupa, por isso, o primeiro lugar.

Conforme apontam os dados, o par subsistência e programas sociais, compreende a base de toda fonte de renda na grande maioria dos assentamentos pesquisados, seja em Mato Grande, seja em Açú-Mossoró. Essa combinação oferece condições básicas de sobrevivência, através do provimento das necessidades vitais, a partir dos produtos do trabalho agrícola nos lotes, associado à aquisição de bens de consumo básicos, mediante a principal fonte de renda fixa (programas sociais).

A partir dessa base, as famílias assentadas desenvolvem formas de renda complementares, não necessariamente ligadas ao trabalho agrícola. É comum encontrarmos formas de trabalho não regulares, através de serviços eventuais, caracterizado popularmente como “biscates” ou “bicos”; ou trabalhos sazonais, quando no período chuvoso, com destaque para o plantio da cana-de-açúcar e demais culturas extensivas, que atraem os assentados para as usinas da região.

Alguns assentamentos deste território apresentam, ainda, experiências com projetos coletivos que permitem (ou permitiram, por determinado período) um relativo aumento de sua renda. Esses

projetos, de maneira geral, dizem respeito às culturas referentes à fruticultura irrigada, em parceria com empresas agroexportadoras e, conforme é comum nessa região, plantio de cajueiros que já podem estar presentes na propriedade antes de sua desapropriação (benfeitorias), ou serem implementados na forma de projeto.

No que se refere aos projetos de fruticultura irrigada, temos como exemplo os assentamentos de Lagoa do Sal e Águas Vivas. O primeiro teve experiência de vários projetos, dentre eles o da cultura de banana irrigada, que durou algum tempo, mas declinou em função de dificuldades que os assentados tiveram com a manutenção da irrigação. Em Águas Vivas, as famílias tiveram a iniciativa de sediar um projeto de mamão, que ofereceu durante certo período alguma fonte de renda, mas segundo os assentados, foi alvo de uma praga que atacou as plantas e, por isso, foi abandonado. Em Ouro Branco e São João Batista os assentados desenvolvem projetos relativos à cultura do cajueiro, de onde se obtém a castanha vendida já processada, produto com grande aceitação no mercado e que oferece uma rentabilidade satisfatória do ponto de vista dos próprios entrevistados.

Além destes, todos os assentamentos (com exceção de Logradouro e São Sebastião II) tiveram alguma experiência com projetos coletivos, que vão desde um aviário de galinhas caipiras até hortas comunitárias. Em todos os casos, embora sendo projeto coletivo, o sucesso depende muito da combinação entre as formas de trabalho coletivo e individual, sendo isso muitas vezes decisivo para alcançar algum êxito na iniciativa. Os projetos com algum grau de sucesso geralmente combinam uma gestão comum dos bens coletivos, como por exemplo, maquinário e recursos financeiros, ao mesmo tempo em que a execução do trabalho efetivo ocorre nos lotes e é de responsabilidade individual com a manutenção das culturas sob responsabilidade individual. Deste modo, tenta-se preservar a independência que cada família reclama sob seu trabalho e, ao mesmo tempo, é possível integrar as tarefas dentro de uma gestão compartilhada, tornando-se possível a divisão das tarefas e ajuda mútua.

3 TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ

O Território da Cidadania Açú-Mossoró (RN) está localizado na porção noroeste do estado e faz fronteira ao norte com a Costa Atlântica, ao oeste com o estado do Ceará, ao sul e leste com o Território do Sertão do Apodi. Abrange uma área de 8.105,10 Km² e comporta aproximadamente 6.786 famílias assentadas. Neste território foram pesquisados 10 assentamentos, quais sejam, Santos Reis município de Areia Branca; Olho d'água da Escada, Ouro Verde, Rancho Pereiro e Santa Clara município de Baraúna; Santa Luzia município de Carnaubais; Barreira Vermelha, Santa Elza, São José II e Terra Nossa município de Mossoró.

Destaca-se entre as atividades produtivas a exploração do Petróleo e a fruticultura irrigada, como é o caso dos municípios Alto do Rodrigues, Areia Branca, Açú, Carnaubais, Ipanguaçú, Baraúna, Pendências, Porto do Mangue e Mossoró. As Unidades de Bombeio Mecânico vulgarmente conhecido por “cavalo de pau” integram a paisagem local e algumas estradas construídas pela Petrobrás chegam a beneficiar poucos assentamentos, na medida em que, facilitam ao acesso às cidades circundantes.

Durante os anos de 1980, a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves – o maior reservatório de água do estado – viabilizou o Projeto de Irrigação do Baixo Açú, criando, ao seu entorno, um vale grande e fértil que oportunizou a ampla expansão da fruticultura irrigada. O chamado de Vale do

Açu, tornou a região o terceiro e mais importante pólo de fruticultura do Nordeste, através da instalação de empresas agroexportadoras, especialmente no plantio de melão e melancia.

A luta pela terra neste território envolve majoritariamente antigos trabalhadores das fazendas que declinaram suas atividades em razão do ciclo de modernização que passou o espaço agrário do oeste potiguar. É no contexto destas transformações que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN), entidade representativa da CONTAG em nível nacional, passa a absorver a demanda de mediação dos conflitos de terra, apoiando as iniciativas de desapropriação através dos sindicatos de trabalhadores rurais espalhados pela região⁶.

Em relação ao Território do Mato Grande, a amostra correspondente ao Território Açu-Mossoró apresenta uma sensível diminuição no número de projetos cujas terras foram desapropriadas a partir de algum tipo de conflito que originou na desapropriação das terras. Dos 10 assentamentos pesquisados, apenas 03 registram alguma forma de embate entre proprietário e sem-terras. Prevalece, portanto, o modelo de desapropriação em que o dono das terras, diante da pressão dos trabalhadores rurais mostra-se aberto ao diálogo com os atores políticos, favorecendo um processo de negociação dentro dos tramites legais.

A presença do MST entre os assentamentos desse território, em relação ao do Mato Grande, também é sensivelmente menor: 02 entre os 10 registram a presença do movimento no apoio às ocupações. Assim, o perfil geral de formação dos assentamentos neste território ocorre através da articulação com os sindicatos que cadastram e selecionam as famílias dispostas a compor o grupo inicial de assentados. Em Olho D'água da Escada, por exemplo, as famílias que deram origem ao projeto são remanescentes de uma tentativa anterior – não necessariamente ocupação – que supostamente não pode acomodar todas elas nas terras desapropriadas ou não obtiveram sucesso no pedido de desapropriação.

Sem dúvida, a malha de atores sociais que prestavam apoio aos trabalhadores rurais, tanto no que se refere à FETARN, via Sindicatos rurais, quanto aos demais atores como MST e ONG's, foi de importância providencial para o caráter relativamente pacífico das iniciativas de desapropriação. Isso teve implicações nas estratégias de ação coletiva das famílias em direção a reivindicação de direito de acesso à terra: no Território do Mato Grande, a articulação entre famílias e atores políticos implicou em formas de ação mais contestatórias e embates políticos na relação patrão-trabalhadores, enquanto no Território Açu-Mossoró a mediação dos atores promoveu formas de negociação relativamente pacíficas. Não obstante, o componente da luta pela terra acrescenta nas experiências de acampamento laços de pertencimento com o lugar e com os “companheiros” que compartilham de um mesmo objetivo. É importante considerar que boa parte das famílias que ingressam no assentamento não tem antecedente de laços sociais com nenhuma das outras.

Em razão desses e outros fatores a vida comunitária nestes assentamentos se amparam em laços sociais aparentemente mais frágeis, dado a relativa alternância de famílias que abandonam seus lotes e são substituídas por outras. As suas inserções nos meios rural e urbano, conforme veremos adiante, também influenciam fortemente nesse processo: em praticamente todos os assentamentos dessa amostra, muitas famílias tem um modo de vida híbrido, ou seja, dividido entre as cidades vizinhas e o

⁶Cumprido, aqui, chamar a atenção para uma particularidade desta região, no que se refere a presença das mulheres na política, que conforme veremos mais adiante, repercute também na ocupação dos cargos das associações. Diversos momentos na história da região Oeste registram movimentos emancipatórios femininos, deles, o primeiro voto feminino, que se deu no ano de 1928, na cidade de Mossoró, num momento em que era vetada a participação das mulheres nas eleições. Cabe citar também o Motim das Mulheres de 1875, formado por mães que se opunham ao alistamento militar obrigatório.

assentamento, trabalhando ao mesmo tempo em seus lotes e exercendo alguma atividade, regular ou eventualmente, na cidade.

As famílias que compõem os 10 assentamentos pesquisados no Território Açú-Mossoró apresentam uma predominância entre as que viviam na zona rural antes de se tornarem assentadas, com destaque entre aquelas que ficam no mesmo município, no qual foi instalado o projeto de assentamento. Quando perguntadas sobre “Onde viviam antes de se tornarem assentados”, 60% (sessenta por cento) das famílias apontaram a zona rural como lugar de vida anterior ao projeto, enquanto, 40% (quarenta por cento) do total de famílias responderam zona urbana. Apenas 02 famílias tinham origem em outro estado da federação, indiscriminada a zona de procedência.

Entre as famílias que viveram na zona rural, antes de serem assentadas, 81% (oitenta e um por cento) delas são originárias do mesmo município onde se encontra o projeto de assentamento; o restante, 19% (dezenove por cento), são originários de outro município. Em relação aos que vieram da zona urbana, 79% (setenta e nove) são do mesmo município, enquanto que o restante, 21%, (vinte e um por cento) são de outra localidade. Em relação à amostra total, 48% (quarenta e oito por cento) das famílias assentadas são provenientes da zona rural o mesmo município onde se encontra o assentamento.

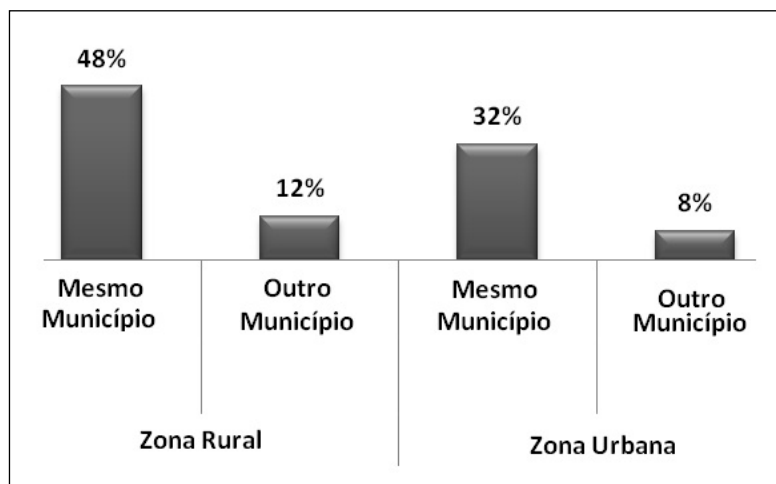


Gráfico 2 – Origem das famílias no território Açú-Mossoró.
Fonte: Projeto INCRA-Ambiental, 2008.

Conforme podemos perceber através da leitura dos dados, parte significativa das famílias assentadas nos projetos localizados no Território Açú-Mossoró é proveniente do mesmo município onde está inserido o projeto. Por outro lado, há uma notável diferença entre os dados do território do Mato Grande, no que se refere a origem rural:

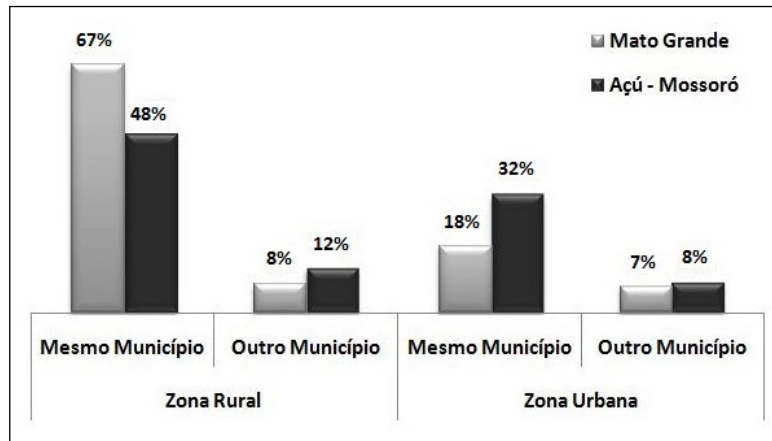


Gráfico 3 – Origem das famílias nos dois territórios.

Se olharmos a porcentagem de famílias que são originadas de outro município, tanto com origens no rural ou no urbano, notamos que não há grandes alterações de um território em relação ao outro. Porém se observados somente as famílias que são provenientes do mesmo município, notamos uma sensível diferença entre os que são de origem rural na amostra do Mato Grande e seu oposto na amostra Açú-Mossoró.

No território Açú-Mossoró, conforme os dados indicam, a maioria das famílias tem como antecedente uma ampla rede de contatos no meio urbano. Assim, sempre que diante da falta de assistência técnica e alternativas de trabalho no assentamento as famílias desse território são atraídas ou recorrem às oportunidades ofertadas no espaço urbano.

Esse “modo de vida híbrido” apresenta diversas combinações. É frequente o relato de famílias em que a mãe e os filhos vivem na cidade, enquanto o pai habita no assentamento com a finalidade estrita de cuidar de seu lote individual. Supõe-se, neste caso, um intercambio dos membros da família entre os dois espaços, como estratégia de permanecerem juntos, sendo comum estarem todos no assentamento aos finais de semana. No mesmo sentido, eram frequentes os casos em que as famílias trabalham durante o dia na cidade e vão ao assentamento para dormir, transferindo para terceiros a tarefa de cuidar do lote, quando não há, dentro da família, mão-de-obra habilitada ou disponível. Há ainda relatos de famílias que frequentam o projeto somente aos finais de semana, tendo uma residência fixa na cidade, ao mesmo tempo em que podem usufruir, ou não, dos lotes. Este último padrão é tanto mais comum quando o assentamento está localizado próximo a núcleos urbanos.

A familiaridade com o meio urbano e a provável rede de relações sociais formadas nesse espaço, certamente possibilita algum tipo de suporte, tanto para as alternativas de trabalho, quanto para a permanência parcial, fazendo com que os assentamentos deste território apresentem alto índice de *pluriatividade* das formas de trabalho, especialmente através de uma combinação campo-cidade.

As modalidades de trabalho pluriativo envolvem a combinação de ocupações no próprio entorno rural: mediante serviços prestados nos projetos de fruticultura irrigada em escala comercial, bem como, nos assentamentos próximos da zona salineira – como é o caso do assentamento de Santos Reis – os assentados tendem a ser absorvidos pela produção de sal.

Em suas falas os assentados retratam a dificuldade de desenvolverem vários trabalhos simultaneamente para compor uma renda familiar que nem sempre satisfaz as necessidades básicas.

Destacam os problemas do deslocamento diário, que ocorre quase sempre em motocicletas trafegando por estradas precárias, a necessidade de se ausentar de casa, e o retorno a noite, que agrava ainda mais os riscos nas estradas.

A grande maioria deles afirma que se houvessem alternativas de trabalho dentro do próprio assentamento, somadas ao suporte através de assistência técnica regular, não haveria motivos para buscar trabalho em outros domínios (domínios), quer nas propriedades vizinhas ou nas cidades.

Aspectos como a pluriatividade do trabalho e o hibridismo do modo de vida das famílias assentadas no território Açu-Mossoró têm, conforme veremos em seguida, influência direta nas formas de participação das famílias, sendo fonte de uma série de dificuldades que tornam o processo associativo menos eficiente no cumprimento do seu papel, qual seja, o de promover a melhoria de vida dessas famílias pela captação de recursos e oferta de possibilidades de trabalho.

A partir do modo de vida combinado que experimenta a maioria das famílias deste território, as formas de participação que se configuram no âmbito da vida associativa apontam para desafios de maior ordem em relação aos que pudemos verificar no Território Mato Grande. Isso conduz à alguns dilemas, deles, a falta de estratégias de coesão da ação participativa ou mesmo a incapacidade de promover reuniões nas associações.

Nesse sentido, é exemplar o caso do assentamento São José II no qual o presidente afirma que em mais de dois anos não conseguiu reunir, sequer uma única vez, os membros de sua associação. As formas de participação que se configuram nessa amostra apontam para uma inoperância mais ou menos comum das atividades internas. A diretoria das associações – basicamente presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro – que concentram as tarefas orgânicas das associações, também não conseguem ter o mínimo de coesão para desenvolverem ações coordenadas. É comum que nos assentamentos em geral haja uma progressiva concentração das funções em direção ao papel de presidente, seja pela reprodução de relações verticais anteriores, seja por omissão dos demais membros na divisão das tarefas. Entretanto nesta amostra dos assentamentos de Açu-Mossoró, os presidentes das associações frequentemente queixam-se de ter que trabalhar sozinhos, não contando sequer com o suporte de seu vice, secretário ou tesoureiro.

O que um classifica com “falta de compromisso” parece ser um dado generalizado. Primeiramente, porque as famílias estão desarticuladas desde sua rotina cotidiana, sendo cada uma levada a buscar estratégias de trabalho por contra própria, fora do assentamento; segundo, porque suas expectativas de vida acabam sendo projetadas também para fora, fazendo com que não tenham interesse em dispor de tempo, recurso ou esforços para fazer com que as associações operem. Em muitos casos é relatado que os membros não pagam sequer a taxa mensal que compõem os fundos da associação, necessário para o deslocamento dos líderes até as prefeituras, cartórios, bancos, INCRA, EMATER, ou qualquer outra agência que lidam com questões burocráticas e viabilizam projetos produtivos; terceiro, as funções ficam concentradas nas mãos das lideranças, que se vêem sobrecarregadas de atividades e, diante da falta de apoio dos demais, muitas vezes, se eximem que qualquer tarefa. Conforme pode ser observado em relação ao referido presidente de São José II que, momentaneamente, desistiu de reunir as famílias; ou ainda ao presidente da associação de Ouro Verde que, no momento da nossa pesquisa, vivia na cidade e se dedicava quase que exclusivamente ao sindicato rural.

Efetivamente o que se cria é um ciclo de relativa inoperância reforçado no cotidiano das relações comunitárias e associativas, em que a relativa ausência das famílias no assentamento retroalimenta a abstenção associativa e vice-versa. A grande maioria dos núcleos dessa amostra encontravam-se nesse mesmo ciclo inerte, à exceção de um. Terra Nossa é, dentre os 10 projetos pesquisados nesta região, o

assentamento que mais se destacou entre os demais em termos de criação de alternativas produtivas e condução das questões cotidianas.

A presidente que já foi professora de ensino fundamental e que qualifica a si mesma como uma pessoa que “tem uma bagagem boa”, também conta com o apoio de uma “turma boa” com a qual compartilha as tarefas elencadas como prioritárias. Ela afirma que quando precisa estar em dois lugares ao mesmo tempo, ou quando é solicitada a ir para um lugar que não pode comparecer, manda em seu lugar suas filhas. Sendo elas menores de idade, acompanham-nas um senhor que compõe a diretoria, mas que provavelmente não tem escolarização ou habilidade suficiente para lidar com tais demandas. Os demais membros da diretoria ligam-se a presidente por afinidades eletivas não identificadas (talvez amizade ou parentesco) de maneira que confiam entre si alguns papéis que compõem a base de funcionamento desta associação. Em relação ao problema de reunir os assentados, a presidente propôs realizar reuniões sempre à noite, momento em que a grande maioria retorna ao lugar para dormir. Desse modo já foram desenvolvidos projetos de arborização do assentamento, ligação hidráulica dos poços para as casas, telefonia e iluminação pública do assentamento etc. Ao longo de toda sua fala a presidente reitera o papel providencial do que ela chama de “turma boa” com a qual ela divide as tarefas da associação.

No quadro geral das experiências participativas apresentadas por esse território, observamos que há uma apropriação diferenciada dos espaços das associações e suas possibilidades de ação coletiva. Predominam formas de participação em que os assentados se envolvem apenas minimamente com suas associações, ao nível mesmo do indispensável, subaproveitando os espaços participativos e configurando um quadro de completa ou parcial inoperância das atividades internas. Por outro lado, a experiência particular que se destaca nesse contexto, nos apresenta um contraponto a partir do qual podemos visualizar alternativas de viabilidade das associações mesmo em meio às adversidades que são insistentemente salientadas pelos assentados e presidentes.

É importante reforçar a necessidade de atores qualificados para orientar e prestar suporte às ações. No território Açu-Mossoró apenas 04 entre os 10 assentamentos pesquisados apresentam assistência técnica regular. Não coincidentemente, um entre estes 04 é o assentamento Terra Nossa, há pouco citado como organização associativa “modelo”. A questão da autonomia dos assentamentos pode ser encarada a partir de um espontaneísmo endêmico. A exceção que descrevemos no assentamento Terra Nossa, começa certamente com o pequeno capital cultural acumulado pela presidente enquanto professora de ensino fundamental. Destaca-se que boa parte das famílias assentadas sequer são alfabetizadas ou dominam os códigos formais requeridos para uma interlocução qualificada com técnicos e agentes de governo.

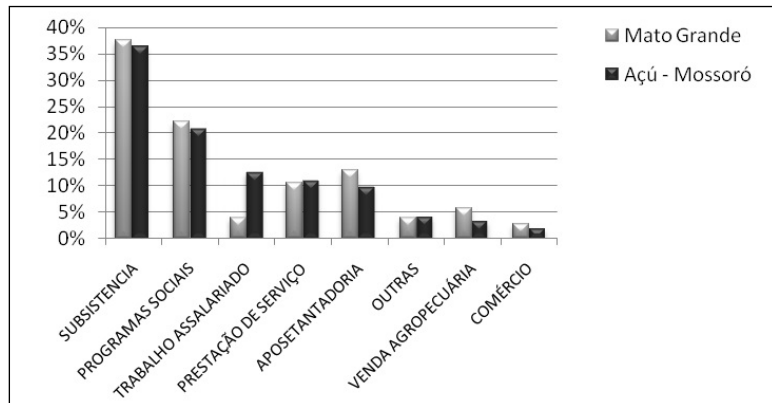


Gráfico 4 – Fonte de renda das famílias assentadas nos dois territórios.
Fonte: Projeto INCRA-Ambiental, 2008.

Em que pese discutir as formas de trabalho e acesso a políticas públicas, o território Açú-Mossoró apresenta combinações entre fontes de renda que o diferencia da amostra do território Mato Grande. A combinação entre *agricultura de subsistência* e *programas sociais* do Governo Federal garante a sobrevivência da grande maioria das famílias assentadas. O terceiro item em ordem de importância é o *trabalho assalariado*. Isso atesta o que há pouco havíamos discutido sobre o trabalho *pluriativo* concorrente com o trabalho nos lotes. Isso corresponde, conforme dissemos, ao trabalho exercido nas pequenas e grandes empresas no ramo da fruticultura irrigada, na indústria do sal, ou nas diversas modalidades de empregos urbanos. Segue a *prestação de serviços*, que aponta para as mesmas formas de trabalho, sendo, nesse caso particularmente, irregulares em termos de contrato, periodicidade do serviço e da remuneração, o que equivale falar em formas de trabalho não-assalariado ou sem vínculo empregatício.

A *aposentadoria* é a quinta colocada, representando uma fonte de renda permanente. Certamente é responsável pela permanência dos assentados que habitam em tempo integral os projetos, dado que a partir desse provento básico é possível se dedicar exclusivamente às atividades do lote, mais ou menos a despeito da falta de alternativas. Em menor expressão, estão o *comércio*, a *venda agropecuária* e os itens indiscriminados através da categoria *outros*. A discussão a respeito deles compreende o que já foi dito na parte do território Mato Grande.

As variáveis de renda acima apresentadas aparecem de maneira combinada em cada família. A hierarquia aponta para ordem de importância e corresponde à frequência com que foram citados em relação ao número total de resposta em cada assentamento. Embora predomine em relação ao número total de respostas, a agricultura de subsistência, através dos trabalhos nos lotes, talvez não seja a principal fonte de renda entre as famílias assentadas, ainda que possa ser a principal atividade regular praticada entre eles.

O fato de declararem a atividade agrícola como a principal fonte de renda deve significar uma tentativa de justificarem-se enquanto assentados – o que não implica que não a exerça regularmente. Conforme pudemos observar, mesmo que os assentados desenvolvam formas de trabalho paralelo, eles podem lidar com a manutenção da lavoura empregando nessa função os filhos, cônjuge ou mão-de-obra contratada.

O ponto particular dessa amostra é a combinação do trabalho assalariado com os programas sociais, diferente do plantio de subsistência associado aos programas sociais, conforme ocorre no Mato Grande. Isso se justifica dado a relativa inoperância de projetos coletivos, que embora tenham existido

em algum momento (em 04 dos 10 assentamentos pesquisados), em 2008 período de realização da pesquisa já se encontravam inoperantes. A fala do presidente da associação de Santa Luzia retrata esse cenário: “antes a gente trabalhava coletivamente, dividia o que ganhava entre todos, mas isso não deu certo, cada um cuida do seu”.

No que se refere a esse território em relação ao do Mato Grande é flagrante que a relação do assentado com a terra é consideravelmente diferente: nessa porção do Estado predomina a atração de trabalho nos moldes eminentemente empresariais, sobretudo a partir da fruticultura irrigada, fazendo da agricultura familiar um modelo, por assim dizer, quase “sufocado”. Conseqüentemente há um deslocamento entre a noção de “trabalhar na terra” e “habitar a terra de trabalho”, isto faz da relação com ela mais próxima de um negócio que de um modo de vida - o que por sua vez está relacionado com as trajetórias, experiências de vida e visão de mundo dessas famílias.

Finalmente, o quadro de relativa precarização com que se apresentam as condições de vida nesse território não significa dizer, necessariamente, que as famílias vivam dessa maneira, mas que sua inserção no assentamento ocorre de maneira *assessória* às estratégias de sobrevivência criadas. Dedicar-se a viver somente no assentamento para muitos não é sequer uma opção, ou significa se render ao movimento inerte em que se encontram esses espaços.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira diferencial, com que os assentados de cada um dos dois territórios estudados se apropriam dos espaços das suas associações, foi, conforme demonstramos, o modo pelo qual os projetos se apresentavam viáveis ou não, em termos de oportunidades de vida e de trabalho.

No Território Mato Grande, alguns fatores, concretos e subjetivos, concorrem para que tivessem sido criadas, apesar das adversidades, estratégias de permanência das famílias nesses espaços, através de formas de participação capazes de suportar uma oferta razoável de alternativas de trabalho. A trajetória de luta desses sujeitos que, naquele território em particular, se apresentava através de histórias mais pungentes, associadas às origens predominantemente rurais e a pouca inserção nos espaços urbanos, parecem se desdobrar numa relação mais íntima de pertencimento com a terra e conseqüentemente com o assentamento.

Conforme se pode observar no gráfico 4, o trabalho nos lotes assume uma expressão discretamente maior no Território Mato Grande, de maneira que a venda agropecuária – resultado do excedente da produção nos lotes – chega a ser quase o dobro da amostra do território Açú-Mossoró. Associada a este fator, há a predominância de formas de rendas suplementares, as quais favorecem a permanência das famílias nos núcleos, por exemplo, quando observada a sensível diferença na incidência de famílias que têm acesso a programas sociais (bolsa família) e previdência social (aposentadoria).

A influência desses fatores sobre as formas de participação na amostra do Território Mato Grande se traduz em laços comunitários mais estáveis, dinâmicas participativas com maior grau de coesão e aparentemente comprometidas em buscar alternativas de melhores condições de vida e de trabalho.

Nos assentamentos pesquisados no território Açú-Mossoró, as trajetórias de luta e de ocupação se apresentam sob formas relativamente pacíficas, mediadas por uma rede de atores sociais que, salvo raras exceções, conduziram o processo dentro dos trâmites burocráticos. Com isso, a organização social das

famílias se ergue sob outras bases, nas quais os laços de comprometimento e cumplicidade mútua não tiveram com a luta um vetor de fortalecimento.

A relação que as famílias desenvolvem com os centros urbanos é acompanhada por trabalhos paralelos aos lotes e inserções que geram outros compromissos, dividindo os esforços entre assentamento e cidade, caracterizando um modo de vida híbrido e fazendo dos assuntos internos, muitas vezes, uma questão de segundo plano. As lideranças se vêem diante de um quadro mais desafiador, que começa com reunir as famílias em torno dos problemas cotidianos, conforme foi destacado por muitos presidentes.

Por esses motivos, as formas de participação se mostraram menos operantes e as adversidades relativas se acentuaram, uma vez que, entre as famílias, a rede de compromissos que oferece suporte às tarefas das associações é menos estável, fazendo das condições de vida internas um cenário de relativa precarização.

Finalmente, a criação das associações em assentamentos de reforma agrária já nasce acompanhada da tutela de atores sociais, promotores deste estímulo originário. A criação de associações cumpre tanto a função de controle administrativo do Estado sob as unidades de reforma agrária quanto a necessidade de compartilhamento e descentralização de suas funções. O que parece equivocado e que está na base do pacto que funda o papel do terceiro setor no Brasil é a crença, consciente ou não, na espontaneidade do desenvolvimento das capacidades e ferramentas participativas dos sujeitos envolvidos nesse movimento. É verdade que a competência de qualificação da gestão dos núcleos associativos, no contexto da reforma agrária em particular, foi de uma forma transferida para os grandes coletivos do campo, como o MST por exemplo. Mas não dá para ignorar que receberam a enorme responsabilidade de transformar os “pobres do campo” em agentes econômicos e políticos ativos sem que fossem acompanhados dos recursos necessários para fazê-lo.

Sustentamos que a superação do quadro das adversidades anteriormente apresentadas, relativas à gestão das associações, se faz por meios diferentes e complementares, que inclui escolarização, assistência técnica continuada e formação proveniente dos atores políticos. O que está em disputa é mais que a viabilidade econômica das áreas de assentamento, é o papel da Reforma Agrária na superação de nossas assimetrias históricas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. P. d. (2009). Impasses, desafios e brotos: O papel da Assessoria na Transição Agroecológica em Assentamentos Rurais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, UFRN. Doutorado.
- ARAÚJO, Severina G. de. Assentamentos rurais: trajetória dos trabalhadores assentados e cultura política. Natal: EDUFRN, 2005.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antonio. (1994/1995). Trajetórias de assentamentos rurais: experiências em balanço. In: Perspectivas, São Paulo, 17-18: 205-23.
- FERNANDES, Melquisedeque de Oliveira. A encruzilhada da vida política em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro das Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- FERRANTE, V. L. S. B. (Org.) ; ALY JUNIOR, O. (Org.). Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005. v. 500. 436 pp.
- MARTINS, J. de Souza (2000). Reforma agrária: o diálogo impossível. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- MEDEIROS, Leonilde; etall. (org.). (1994). Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- NEVES, Delma P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas de assentamento rural. In: FERRANTE, V. B. L. e WHITAKER, D. C. A. (org.). Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara [co-editor], 2008.
- PALHANO, Paulo R. da Silva. O novo na luta pela terra: quando o patrão sai de cena. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Centro das Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1995.
- ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In MEDEIROS, Leonilde; el al. (orgs). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. (Prismas).
- SABOURIN, Eric. Reforma Agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. 02, Rio de Janeiro, 2008.
- SCHMIDT, Steffen W.; GUAISTI, Laura; LANDÉ, Carl; SCOTT, James C. **Friends, Followers and Factions: a Reader in Political Clientelism.** Los Angeles: University of California Press. 1977.